



A LITERATURA BRASILEIRA NO EXTERIOR: MOEMA SALGADO E FÁBIO LIMA (FBN)

Mediação e edição: Agnes Rissardo* e Ieda Magri**

Quando anunciada, durante a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) de 2011, a nova versão do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior gerou interesse imediato e expectativas em autores, tradutores, agentes literários e editoras. Não era para menos: a iniciativa da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) garantia o investimento de R\$ 12 milhões até 2020 no fomento à tradução e à difusão de obras da literatura brasileira no exterior. Logo, editais complementares vieram para impulsionar o programa, tais como o de Apoio à Publicação de Autores Brasileiros na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o de Residência de Tradutores Estrangeiros no Brasil e o de Intercâmbio de Autores Brasileiros, além da criação da *Revista Machado de Assis – Literatura Brasileira em Tradução*, todos com a missão de projetar e difundir internacionalmente a nossa literatura. Passados quatro anos desde o anúncio do programa e dois do protagonismo do Brasil no maior evento literário do mundo, a Feira do Livro de Frankfurt, o momento parece propício a um primeiro balanço: o que vem funcionando bem, o que não deu certo, quais os desafios e perspectivas para os próximos anos no desenvolvimento do programa, sobretudo em uma conjuntura administrativa de restrições orçamentárias? Em conversa com as editoras executivas da **Z Cultural**, Agnes Rissardo e Ieda Magri, a diretora do Centro de Cooperação e Difusão da FBN, **Moema Salgado**, e o coordenador do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, **Fábio Lima**, formulam respostas a essas questões e seguem confiantes nos objetivos do programa. “O esforço do Brasil em difundir a literatura brasileira no exterior é também o desejo de fazer parte de um fundo comum cultural da humanidade. Acredito muito na penetração nesse fundo, seja por meio da participação em feiras, do nosso programa de tradução, da *Revista Machado de Assis* ou de intercâmbios”, pontua Moema.

Como vocês avaliam o Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior? Essa iniciativa é saudada por ser capaz de projetar a literatura brasileira internacionalmente, mas também recebeu várias críticas, a mais contundente talvez seja a de que as editoras estrangeiras recebem o dinheiro e não fazem um bom trabalho de divulgação do livro traduzido, o que acaba não mudando muito a situação da visibilidade do autor brasileiro fora do Brasil. Vocês acham que isso ainda é um problema ou foi desenvolvida alguma forma de controle, além da exigência que as candidaturas apresentem um plano de marketing e distribuição?



Moema Salgado – Apoiamos a tradução de uma forma complementar: nunca cobrimos os custos inteiros de tradução, produção e publicação, simplesmente oferecemos apoio para a editora viabilizar um projeto de tradução no exterior. Esse programa já existia em diversos países, e muito anteriormente ao Brasil. É uma forma complementar de divulgação de uma cultura no exterior, o que não quer dizer que é o programa que vai permitir que a China inteira leia Jorge Amado. Mas se fizermos dez chineses lerem Jorge Amado será uma contribuição, uma abertura. Em 2011, houve uma reformulação bastante significativa do programa e, aos poucos, buscamos sempre aperfeiçoá-lo, o edital evoluiu bastante desde que começou nos anos 1990. Não sabemos se aqueles mil, dois mil, cinco mil exemplares foram todos vendidos, distribuídos em pontos específicos, determinados, mas são formas de nos precavermos. Antes dos anos 1990 não existia nem o contrato de direito

autoral entre a editora e o autor. Depois passamos a exigir documentos jurídicos da empresa, o plano de distribuição e o contrato com o tradutor. Essas exigências são muito importantes porque o centro do programa é o tradutor: procuramos sempre ter certeza de que a editora já tem um tradutor contratado e que ele tem um currículo sólido.

De que forma é feita a avaliação do currículo do tradutor?

Fábio Lima – Fazemos uma avaliação básica do tradutor, mas tendemos a não julgar muito a qualificação. Não precisa ser superexperiente e recomendado, mas queremos saber quem ele é, o que faz, onde se formou e o que já traduziu.

Moema Salgado – Mas também é limitada a nossa capacidade de avaliar a tradução de um autor para o russo, por exemplo. Ao menos nos garantimos de que aquele tradutor já fez alguma tradução e que tem uma formação para isso.

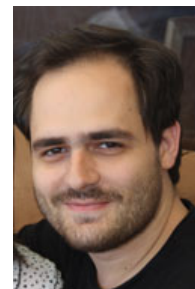
Essas exigências existem desde a criação do programa ou foram elaboradas após a reformulação de 2011?

Moema Salgado – Antes de 2011 o programa tinha algumas exigências práticas, porque isso é inerente à administração: estamos falando de recurso público, não dá para conceder apoio financeiro sem essas regras mínimas de controle. Tentamos adequá-las em função da realidade do mercado editorial internacional. Ao longo desses últimos quatro anos, tentamos ouvir dos agentes e editores quais eram os problemas, o que era mais difícil e mais fácil. Traduzir uma ficha de inscrição ou uma carta para o português, por exemplo, às vezes limitava o interesse da editora em se inscrever. Por isso, passamos a permitir que eles se inscrevessem em inglês. Tentamos facilitar algumas coisas, mas por outro lado controlar outras, como esse Plano de Distribuição, o contrato e o currículo do tradutor, um

plano de promoção, tudo o que não exigíamos antes de 2011. E acho que isso nasceu de um contato nosso com esses atores do mercado, e também com as instâncias de controle interno, procuradoria e auditoria. Eles diziam: “você estão frágeis, precisam ter mais garantia de que se trata de uma editora séria, de que ela está juridicamente registrada”. Tentamos ter ao máximo essas informações. A inscrição passa por duas etapas: a primeira é uma avaliação mais técnica e procura verificar se eles têm todos os documentos e se estão suficientemente reais e sérios. Se sentimos alguma fragilidade nessa primeira fase da habilitação, procuramos saber mais e contactamos, por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) para que a Embaixada, localmente, consulte a editora. E a segunda fase da inscrição é o julgamento pela comissão avaliadora, que é mais da relevância do projeto. É uma avaliação bastante subjetiva.

Vocês costumam rejeitar projetos nessa segunda fase? Como funciona?

Fabio Lima – O balanço é sempre positivo, a comissão chega a um consenso de que mesmo que fosse um autor relativamente desconhecido para o público brasileiro, poderia valer a pena divulgar, mediante a apresentação do projeto, da editora e tudo o mais. Mas sim, houve casos em que projetos foram rejeitados como um todo, não necessariamente pela relevância do autor, mas por uma certa inconsistência do projeto.



Em média, quantas inscrições recebe cada edital? Há um limite de aprovação?

Moema Salgado – É muito variado. Na verdade, tudo acontece em função do orçamento disponível naquele ano. De 1991, quando foi criado, até 2011 houve uma inconstância: às vezes havia recurso para dez bolsas de tradução, às vezes para duas, trinta ou mesmo para nenhuma. O resultado direto era que as editoras estrangeiras não se sentiam suficientemente confiantes no programa para investir em seus respectivos projetos de tradução. Em 2010, com a assinatura do termo de compromisso entre o Ministério da Cultura (MinC) e a Feira do Livro de Frankfurt, houve essa nova compreensão de que a literatura é uma forma importante de penetração internacional da cultura brasileira, o tal do *soft power*, que foi muito falado naquele período do ministério, e o programa seria uma forma de dar perenidade à presença da literatura brasileira no exterior. Então, desde 2010, começaram a surgir mais recursos, já nesse espírito da participação do Brasil como país convidado da Feira do Livro de Frankfurt. E não é uma especificidade com o Brasil. No acordo da Feira com os países homenageados há uma cláusula especificando que eles precisam criar ou reforçar o seu programa de apoio à tradução, porque a organização do evento quer realmente estimular a tradução dos livros nesses países.

O Brasil já havia sido o país convidado da Feira do Livro de Frankfurt em 1994. Na ocasião, já existiam essas exigências? É possível estabelecer uma comparação entre a participação do país naquele ano e em 2013?

Fabio Lima – O programa já existia, mas acredito que não existiam essas exigências. Mesmo assim, se pegarmos a data das publicações, vamos achar muito livro publicado por volta de 1994. Houve sim um movimento do governo de apoiar a tradução de livros naquela época, e certamente teve algo a ver com Frankfurt. Na Alemanha, principalmente, as edições de livros importantes foram de 1993, 94, alguns em 95, 96, tudo é um ciclo. Agora temos um outro ciclo por conta de Frankfurt 2013.

Moema Salgado – Era outra visão da difusão da cultura no exterior. Tínhamos outro contexto político e econômico no Brasil. É realmente difícil comparar a experiência de Frankfurt em 1994 com 2013 porque eram conjunturas muito diferentes.

O que a Fundação Biblioteca Nacional realizou depois de 2010 para estabilizar o programa?

Moema Salgado – São vários elementos que contribuíram para isso. É uma visão interna do MinC de que o Programa de Apoio à Tradução é uma política pública, uma política de Estado, talvez uma das mais longas de apoio à cultura brasileira no exterior. E que merecia ter um reforço orçamentário e financeiro. Desde 2010 essa foi uma compreensão muito clara do MinC, que dedicou recursos importantes para o programa em 2011, 2012, 2013 e até 2014. Trata-se de um programa estratégico para a projeção internacional do Brasil, que começou a ser construída com o início do governo Lula, com o Gilberto Gil no MinC. E se o programa de tradução já existia, se era uma experiência bem-sucedida, se havia uma demanda e também mais interesse pela cultura brasileira, pela literatura brasileira, o que mais poderia ser feito se não investir no programa existente? Começamos assim a fazer um trabalho de divulgação do programa: estávamos presentes em todas as feiras, divulgando, conversando com os editores, com os agentes literários brasileiros, estrangeiros, com os tradutores, e criou-se uma rede de contatos que foi muito importante. E eles sempre perguntavam: “mas o programa continua? É confiável?”, e respondíamos: “sim, está tudo certo, vai continuar, podem se inscrever”. Acho que hoje temos um programa que ganhou um corpo fora do Brasil, o que é muito legal, e as pessoas se inscrevem. E agora, nesse contexto de restrições orçamentárias de 2015, é uma questão difícil porque o que construímos nos últimos quatro anos consolidou uma imagem, e agora há uma expectativa, uma demanda muito grande. Antes recebíamos poucas inscrições, hoje em dia são muitas.

Fabio Lima – Recebemos em torno de 180 inscrições e temos mais de 160 bolsas aprovadas. Mas este ano só tivemos uma reunião do edital do ano passado e foram 61 aprovadas. O edital antes abria num mês e fechava as inscrições dois meses depois. Agora mantemos o edital aberto por dois anos sem interrupção: fizemos um em 2011, outro em 2011-2013 e outro em 2013-2015, com um cronograma de reuniões ao longo do ano. A editora envia a inscrição a qualquer momento e será avaliada em alguma reunião. Nem sempre dá para acompanharmos o ritmo do mercado editorial, os livros às vezes têm que sair antes, então algumas vezes o projeto não pôde ser apoiado porque a editora publicou antes da avaliação. Mas tentávamos sempre nos adaptar: a editora mandava, avaliávamos na reunião seguinte. E acabou em maio esse edital, o novo foi lançado em junho. Na primeira reunião de avaliações, em agosto, 53 bolsas foram aprovadas.

Moema Salgado – O que é raro nos editais da área pública. Os projetos e editais do MinC raramente ficam abertos continuamente. Aliás, o programa de tradução é muito *sui generis* dentro do sistema MinC, porque é um edital que beneficia apenas editoras e instituições

estrangeiras (normalmente é só para brasileiras), e o contrato que temos é em dólar com as editoras, o que gera uma dificuldade interna em termos de pagamento, pois tem que ser pela taxa de câmbio do dia, e as oscilações do dólar complicam muito as nossas vidas, mas trabalhamos para tentar superar essas dificuldades. Realmente, não é um programa fácil de administrar, não é um edital que se apoia num produtor cultural brasileiro, que precisa ter um registro ou Lei Rouanet. É um programa muito diferente.

Nos últimos quatro anos, a Biblioteca Nacional também lançou editais complementares, entre eles o Programa de Intercâmbio de Autores Brasileiros e o Programa de Apoio à Publicação de Autores Brasileiros na CPLP. Qual é a proposta desses programas e por que foram criados?

Moema Salgado – Em nossas reuniões com editoras, agentes, escritores e festivais literários, eles diziam: “é muito legal o programa de tradução, mas é importante que o autor venha para divulgar”. Por isso lançamos o edital do Programa de Intercâmbio, para apoiar as instituições estrangeiras, editoras ou festivais, ou feiras literárias estrangeiras, a convidarem o autor para uma participação, uma palestra, um lançamento de um livro, porque isso realmente contribui para a presença da literatura brasileira no exterior. Por mais que a editora nos mande o plano de ação, de divulgação e distribuição, se sabemos que o autor vai para lá, vai falar em uma mesa, uma palestra, tem um lançamento, isso gera outro impacto. É importante dizer que a nossa relação direta de apoio não é com o autor. O pedido é feito pelo festival ou pela editora no exterior.

Fabio Lima – O primeiro edital é de 2012 e passamos a lançá-lo todos os anos desde então. O resultado foi muito bom: as editoras pediram um apoio para fazer *tour*, chamar o autor, combinando com alguma feira ou não. Na Feira de Guadalajara, no México, há um projeto que se chama Destinação Brasil desde 2012. O edital de 2015 foi lançado em junho, a reunião de avaliação aconteceu em agosto e 27 projetos foram aprovados. Em 2012 foi um apoio nosso, mas veio do Itamaraty. E, em 2013 e 2014, foi por meio do edital de intercâmbio. Eles chamaram uma série de autores, que compareceram, com uma programação bem interessante. Ano passado teve um festival na França que também convidou dez autores brasileiros, e pudemos apoiar.

Moema Salgado – Já o edital do Programa de Apoio à Publicação de Autores Brasileiros na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) também abriu uma nova frente, porque realmente são países estratégicos para o Brasil, e queremos divulgar mais junto aos países africanos de língua portuguesa. Por isso, o edital de Apoio à Tradução e à Publicação lançado em junho deste ano passou a admitir inscrições de editoras de países de língua portuguesa.

A Biblioteca Nacional desenvolve ainda o Programa de Residência de Tradutores Estrangeiros no Brasil, que cobre custos de residência no país de tradutores estrangeiros que já estejam trabalhando na tradução de uma obra brasileira e queiram participar de uma imersão na nossa cultura. Quais têm sido os resultados e os desafios desse programa?

É interessante termos contato com esse tradutor que está às vezes lá na Croácia traduzindo Aluísio de Azevedo e quer passar um período aqui, tendo contato com o idioma ou com uma fonte primária ou com o autor, quando ele está vivo. Nesses casos, a imersão é superimportante. O nosso sonho era, inicialmente, tentar reproduzir o que existe na França e na Alemanha: oferecer uma casa que recebesse os tradutores, mas as dificuldades administrativas são grandes. Nesses países, a associação de tradutores está envolvida na gestão. E aqui no Brasil, infelizmente, essa associação é mais dispersa, menos organizada. Chegamos a fazer uma reunião com eles para conversar sobre essa ideia, mas a administração pública não tem como gerir um projeto assim. No Brasil agora começa a se perceber que o tradutor realmente é um ator importantíssimo nessa difusão, tanto na recepção de textos estrangeiros quanto na divulgação de textos brasileiros. Os tradutores são muito mal remunerados no Brasil em relação a outros países. E isso é um desafio nosso, sempre tentamos valorizar o tradutor porque ele precisa ter meios, não pode ser apenas um trabalho extra que ele faz para complementar o salário. É um trabalho profissional. Quando estivemos na Suécia, no ano passado, achei interessante que o país tinha acabado de regulamentar uma lei que exige a inscrição do nome do tradutor na capa do livro. Normalmente ele fica na folha de rosto. E, realmente, o autor é o autor, mas o tradutor é um outro autor.

Fabio Lima – Já tivemos dois editais desse programa, um em 2012 e outro em 2014. As residências aconteceram em 2013, com 15 participantes, e em 2014, com cinco.

Vocês mencionaram os cortes no orçamento do governo federal. Qual é a expectativa em relação a essa conjuntura com tantos projetos em andamento?

Moema Salgado – Estamos todos vivendo no mesmo país e sabemos que a situação não é específica da Biblioteca Nacional, do Ministério da Cultura e do governo, são vários fatores. E há os municípios, estados, todos com problemas orçamentários. Mas podemos confirmar que foram concedidas 83 bolsas de Apoio à Tradução e Publicação e 23 bolsas de Intercâmbio. Esse número, em um contexto de contingenciamento e restrições orçamentárias, é muito positivo, significa que há uma grande sensibilidade pela continuidade e aposta no equilíbrio do programa, que teve um *boom* de 2011 a 2014. Ficou de um tamanho que até para a nossa equipe é difícil administrar 200 bolsas de tradução por ano, como aconteceu em 2013. Por isso acho que o programa foi muito generoso, e era o papel dele realmente abrir frente para vários autores. Tivemos essa abertura nos últimos anos, e teremos que nos adequar obrigatoriamente à realidade. O recurso que nos era disponibilizado nos permitia apoiar até Chico Buarque e Paulo Coelho, que não precisariam obrigatoriamente. O nosso apoio para esses livros, por exemplo – e isso é um argumento que eu acho muito defensável – é que ele, por menor que seja, pode ajudar numa diminuição do valor da venda do livro nesses países. Apoiar a Gallimard, uma supereditora francesa, para traduzir Chico Buarque ajuda, talvez, a pagar uma divulgação a mais, o tradutor um pouco mais ou diminuir o preço da venda ao público. Não estamos viabilizando a tradução do Chico Buarque na França, eles fariam de outra forma, trata-se de um apoio. Acho que a tendência do programa agora é afunilar. Na última reunião do edital 2013-2015 em abril, a comissão, que é composta por pessoas da Biblioteca Nacional e de fora, chegou a uma proposta de critérios novos, além daqueles do edital, que seriam os de priorizar autores que

nunca apoiamos.

Fabio Lima – A comissão quer priorizar a publicação de autores não apoiados e, depois de certo momento, menos apoiados, autores que tenham menos bolsas em geral. O critério desse cenário mais restrito em termos orçamentários é esse.

Moema Salgado – Autores de não ficção, por exemplo, foram pouco apoiados nas feiras, tanto Frankfurt, Bolonha, Paris. Acho que tem uma produção intelectual no Brasil superimportante que merece ser traduzida, divulgada, e que a gente apoiou menos nesses últimos anos, o que foi reforçado pela comissão. Ela também procurou apoiar países nunca apoiados, por exemplo, o Japão, onde já foi traduzido um livro do Bernardo Kucinski. Dessas 60 inscrições que a comissão divulgou na última reunião, classificamos todas, mas selecionamos apenas 50% delas. Desses, elegemos os autores e países que eram pouco ou nunca apoiados e também, claro, levando em consideração os critérios do edital a respeito da relevância do projeto para divulgação da cultura brasileira. E foram quase 450 bolsas em quatro anos. O programa fez essa primeira penetração massiva e agora aquela editora lá na Suécia que conheceu os textos de Ferreira Gullar talvez consiga publicar o próximo sem o apoio. O Luiz Ruffato, por exemplo, é um autor que hoje em dia está sendo demandado, Daniel Galera também, e muito provavelmente não precisarão mais das bolsas.

Fabio Lima – Acho que todo apoio para tradução, independentemente de ser literatura brasileira ou qualquer literatura, é bem-vindo. Quem pediu apoio para esses livros foram editoras pequenas, médias, independentes. Qualquer editora vai fazer bom uso desse dinheiro, e acho que qualquer apoio é justificado para essas editoras menores. Havendo recurso, a gente deve apoiar.

Existe algum estímulo específico da Fundação Biblioteca Nacional para os países da América Latina, já que somos todos vizinhos?

Fabio Lima – Na América Latina o contato é sempre mais próximo. Argentina e México são os países que demandam mais e com os quais temos feito mais contato. No caso dos tradutores latino-americanos de residência, no primeiro edital foram três argentinos e, no ano passado, uma argentina.

No balanço feito pela FBN para a Feira de Frankfurt, o Uruguai aparecia como o país que tinha a maior importação de livros brasileiros. No entanto, não aparecem ali muitos livros de ficção e nem bolsas. Qual é, afinal, a relação do Brasil com o Uruguai?

Fabio Lima – Pode ser importação direta dos livros em português, não temos esses dados. No Uruguai o que houve de projeto mais interessante foi uma editora, a Yauguru, que fez uma parceria com uma editora brasileira, a Grua. Fizeram livros bilíngues de autores brasileiros no Uruguai, e de autores uruguaios no Brasil. Foi um projeto bem legal que surgiu desse edital. E na Argentina também surgiu um projeto interessante, de duas tradutoras, Bárbara Belloc e Teresa Arijón. Elas estão com o Renato Rezende na coleção Nomadismos. Eles começaram a fazer uma série de ensaios na Argentina, e agora lançaram aqui e também publicaram ensaios brasileiros lá. A comissão olha esses países da América Latina como um mercado interessante. Na última reunião, aprovou uma bolsa para o Equador.

Como avaliam o projeto Brazilian Publishers, criado em 2008 numa parceria entre a CBL e a Apex-Brasil para promover ações de promoção comercial destinadas a divulgar o conteúdo editorial brasileiro das editoras participantes em eventos no Brasil e no exterior?

Moema Salgado – Acho importante dizer que a divulgação da literatura brasileira no exterior não depende só do Ministério da Cultura. É um esforço conjunto que une várias instituições: o MinC, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), as embaixadas e a Câmara Brasileira do Livro (CBL). E há o projeto Conexões, do Itaú Cultural, que também tem um esforço de mapear esses focos de interesses da literatura brasileira. Estamos sempre em contato com a CBL, as nossas participações nas feiras internacionais eram, na maioria das vezes, ou com a CBL, ou com o MRE, com as embaixadas que organizavam os estandes. É totalmente complementar, porque não adianta fomentarmos o apoio à tradução se as editoras brasileiras não vão às feiras estrangeiras com o interesse de vender também. É claro que não vão ficar ricas vendendo direitos, mas têm que fazer esse esforço de se internacionalizar. Acho que o Brazilian Publishers tem esse mérito.

Fabio Lima – No caso do Brazilian Publishers eles também dão conta do mercado, tem uma forte presença nas diretrizes, nessa coisa da pesquisa, mercados alvo etc., do tipo de editora que se associa mais ao projeto. Têm um peso interessante as editoras de livros técnicos, de livros científicos, que é uma outra entrada, diferente do livro de literatura.

Moema Salgado – E eles fizeram muito essa reivindicação para que o Programa de Apoio à Tradução apoiasse também livros técnicos, científicos e profissionais. Mas isso foi muito discutido internamente com a CBL, que o MinC, a FBN, a comissão avaliadora não têm competência para avaliar, por exemplo, um manual de cirurgia odonto-maxilofacial.

Vimos que os mercados alvo do Brazilian Publishers para exportação de livros do Brasil na América Latina são Chile, Colômbia e México. E, no caso da Europa, França e Alemanha. O que determina essas escolhas?

Moema Salgado – A questão é mercadológica. É um olhar da agência de promoção de exportação que vai dizer quais são os mercados que estariam interessados em comprar produtos brasileiros. E a gente tem uma ação complementar. Na verdade, tentamos diversificar esse interesse. É importante estar em Frankfurt, mas também em Bolonha, que é a feira para literatura de crianças e jovens, e em Guadalajara, que é uma grande feira das Américas. E Bogotá, ou seja, a Colômbia é um país onde queremos estar presentes. Estivemos em 2012, o Brasil foi o país homenageado, e há um fortíssimo interesse na literatura brasileira, no texto em português, parece que o maior número de estudantes estrangeiros hoje no Brasil é de colombianos. O Instituto Brasileiro em Bogotá tem uma fila de espera, cerca de dois mil alunos aguardando para ter aula de português. Há uma demanda, inclusive de compra direta de livros em português, o que é muito diferente da nossa abordagem. Mas eu acho que a América Latina, de forma geral, é uma região estratégica para o Brasil,

enquanto governo, porque há uma troca importante. Existe a proximidade geográfica e do idioma. E cultural mesmo. Na nossa participação em Bogotá foi muito interessante o discurso de uma autoridade que falou sobre como estamos tão próximos e ao mesmo tempo de costas uns para os outros. Os países latino-americanos de língua espanhola são muito voltados para a Espanha e nós, para a Europa de maneira geral.

Com relação à França e à Alemanha, eu acho que tem um interesse histórico e mútuo muito antigo. E a França sempre esteve entre os quatro países que mais solicitaram bolsas do programa de tradução. Esse inventário dos livros brasileiros já traduzidos no exterior é um desafio que todos nós queremos vencer, mas realmente a gente não consegue, são as instituições. Agora estamos conversando com o Itamaraty para ver se conseguimos atualizar esse levantamento, porque é muito difícil cobrir o universo ou o mundo todo, mas tem o Index Translationum, que é da Unesco e está muito defasado, a Academia Brasileira de Letras tem um levantamento dos imortais brasileiros no exterior e nós temos o nosso universo de livros já apoiados para o programa de tradução.

Como se dão as aquisições de direitos autorais entre editoras da América Latina? Há autonomia ou os direitos passam pela Europa e pelos EUA?

Fabio Lima – A negociação de direitos entre a América Latina é pouquíssima. Os apoios à editora Alfaguara foram todos em publicações na Espanha, que é o país que centraliza esses autores. Tanto que as editoras que se beneficiam do apoio são as editoras pequenas e médias. Na Argentina, por exemplo, não são as grandes que pedem apoio.

Nos últimos quatro anos, o Brasil participou como país convidado da Feira de Guadalajara, da Feira do Livro de Frankfurt, da Feira Internacional do Livro de Bolonha e do Salão do Livro de Paris, entre outras. Há como estimar as trocas literárias entre o Brasil e os países em questão geradas por esses eventos? Em que medida eles promovem o aumento da procura por traduções de obras brasileiras?

Moema Salgado – A Biblioteca Nacional cuidava antes da participação do Brasil nas feiras do livro. Mas a organização, que é muito pesada e complicada, saiu da BN para que ela pudesse voltar para as suas missões primeiras de guarda, preservação, conservação e difusão. Esses grandes eventos agora são produzidos pelo MinC e a Diretoria do Livro e Leitura, Literatura e Biblioteca (DLLLLB), que está vinculada à Secretaria Executiva do MinC. Nós participamos, de uma forma ou de outra, porque é o entendimento que temos: não adianta ter uma feira, levar o autor, se depois ele não é traduzido, não adianta termos o nosso programa de tradução sem que haja uma difusão. Houve uma época, realmente, em que não podíamos passar numa feira, pois todos queriam convidar o Brasil para ser país homenageado. Quando ainda cuidávamos da participação nesses eventos, havia uma previsão das feiras do livro de Nova York e de Londres. Mas eu acho que realmente chegou a hora de fazer um balanço dessas participações. Desde 2012 tivemos pelo menos uma por ano, sendo que Frankfurt é muito pesada, era uma participação muito complexa. E tive informações de outros países que já tinham recusado a participação em feiras porque na verdade é um investimento muito grande do país homenageado. O ministro da Cultura declarou em Paris que ia fazer um balanço, entender quais são os pontos estratégicos de fato para se investir. E eu acho que talvez seja o momento de apostar mais nessas ações continuadas nas feiras. Por exemplo, fomos homenageados em Bogotá em 2012, mas de lá para cá a nossa participação foi muito tímida na Colômbia. Então não adianta ser um “fogo de artifício” e depois não estar lá todo ano pelo menos com um grupo de editores, com autores. Por isso que a Feira de Guadalajara para a gente é estratégica, porque eles têm esse investimento continuado, querem ampliar a presença do Brasil no México, na literatura, aos poucos.

A participação pontual do Brasil nos eventos literários é uma das maiores críticas feitas por professores e editores no exterior. Nesse sentido, como o programa da FBN lida com o desafio da continuidade de ações no âmbito internacional?

Moema Salgado – O que eu acho interessante, tanto nessas temporadas culturais como nas homenagens, é pelo menos começar a estabelecer cooperações que sejam de médio e longo prazo. Por exemplo, em Frankfurt, por mais que o investimento tenha sido enorme, se a gente conseguisse que dez autores tivessem realmente sido conhecidos pelo público alemão, eu acho que já seria muito importante, ou pelo público especializado, pela mídia, artistas também. Que entrem nesse universo de uma literatura que é conhecida. Eu gostei muito do discurso que o presidente da Biblioteca Nacional, Renato Lessa, proferiu na Suécia, dizendo que esse esforço do Brasil em estar presente na literatura nas feiras internacionais e no programa de tradução vem em parte do desejo de fazer parte de um fundo comum da literatura, cultural e internacional. Da mesma forma que quando pensamos em Virginia Woolf, por exemplo, hoje ela não é apenas uma escritora de uma nacionalidade circunscrita, pensamos que ela faz parte de um fundo comum cultural da humanidade. Adorariamos que Machado de Assis entrasse nesse fundo comum, ele ainda não é assim tão conhecido no exterior. Acredito muito na penetração nesse fundo, seja por meio da participação em feira, do nosso programa de tradução, da *Revista Machado de Assis* ou de intercâmbio.

Mas, voltando à pergunta, acho que o MinC está com um plano de internacionalização de ter pelo menos uma participação nessas quatro grandes feiras: Bolonha, Frankfurt, Guadalajara e não sei se Colômbia ou Paris. E o Itamaraty e as embaixadas do Brasil no exterior também querem manter uma presença. Quando as embaixadas podem assegurar pelo menos um estande pequeno na feira, elas fazem porque é importante ter uma presença contínua.

Como é pensada a distribuição da *Revista Machado de Assis*? Além da divulgação em feiras, há alguma outra estratégia para que ela chegue a outros países?

Fabio Lima – A gente precisava de um meio para divulgar os autores brasileiros, produzir um excerto já em língua estrangeira, em inglês principalmente. E pensamos na revista, que começou impressa e digital. A impressa para divulgar em feiras e pelas embaixadas. Fizemos um número em 2012, mais dois em 2013, dois em 2014, e o mais recente para o Salão do Livro de Paris, em março deste ano. Só que

agora decidimos que a revista vai ser apenas *online*, por causa do custo-benefício. No Salão do Livro de Paris já tinha um ponto para divulgar, conseguir juntar as editoras, os projetos, mas fora das feiras é mais difícil. O próximo número da revista será lançado em novembro, na Feira de Guadalajara.

A revista publica trechos de traduções em inglês e espanhol, mas, este ano, por ocasião do Salão do Livro de Paris, a publicação trouxe também traduções em francês. Vocês pretendem continuar com esses idiomas ou passarão a trabalhar com outros?

Fabio Lima – Houve um número em alemão também. Mas acho que os idiomas preponderantes serão sempre o inglês e o espanhol. Isso depende muito do que recebemos e chegam muito mais textos em inglês do que em outros idiomas. As inscrições chegam já com o texto traduzido e o Itaú Cultural, que é quem cuida disso, vê se a tradução está em nível apresentável. Nesse último número, houve uma série de textos em francês que não passou por esse crivo e não entrou.

Vocês consideram que a visibilidade no exterior gerada pelas traduções influencia de alguma maneira o consumo interno de literatura?

Fabio Lima – Sem dúvida. Isso ainda tem muito a ver com a maneira como o Brasil enxerga a projeção cultural, o autor passa por um crivo insano de ter sido aprovado fora para ganhar visibilidade interna. Não sei se o autor passa a vender mais no Brasil porque está sendo traduzido lá fora, mas ele ganha, sim, uma certa visibilidade, um *status*.

Moema Salgado – Quando aparece na apresentação ou na orelha do livro: “Traduzido em cinco idiomas”, ele passa a ser visto de outra forma.

A procura pelas editoras estrangeiras no programa é mais forte para autores mais visíveis, mais conhecidos?

Moema Salgado – A nossa estatística nos últimos anos aponta que os principais são os clássicos: Machado de Assis, Clarice Lispector e Jorge Amado para as bolsas de tradução. Mas isso reflete também um pouco que editoras precisam de apoio para publicar. É claro que essas grandes editoras não vão do dia para a noite traduzir Machado de Assis ou Aluísio de Azevedo, porque são empresas, têm fins lucrativos e não é nenhum mal, pelo contrário, mas então o nosso apoio, na estatística, são os clássicos. Logo depois tem uma miríade de autores, por exemplo, Daniel Galera, muito pedido hoje em dia, além de Adriana Lisboa, Luiz Ruffato, entre outros.

A visibilidade do autor é um critério na aprovação das traduções? O que acontece no caso de autores que tenham apenas uma obra publicada por uma editora pequena no Brasil, por exemplo?

Fabio Lima – Até hoje tivemos condição de apoiar tanto o autor de grande visibilidade quanto o autor de quase nenhuma visibilidade. Não levávamos muito em conta essa questão da visibilidade interna. Mas pode ser que num determinado momento venha a ser um critério. É uma coisa muito difícil favorecer um autor que já tem visibilidade interna, podemos pensar “vamos apoiar esse porque ele não tem visibilidade aqui, mas ele vai ser uma nova voz, um caminho”. Por outro lado é melhor apoiar um autor que já tem uma visibilidade no país, pois isso vai consolidar a posição dele no mercado que já tem. Isso é sempre negociado a cada apoio que temos que conceder. É importante termos um critério, mas tem que haver flexibilidade. E esses nomes mudam de ano a ano.

Como são constituídas as comissões julgadoras? Quem faz essa avaliação?

Fabio Lima – Em 2012, 2013, havia sempre dois consultores externos na comissão, dois ou três funcionários da Biblioteca Nacional, um funcionário de um outro organismo do MinC e gente da Casa Rui Barbosa, ligados à tradução e à literatura. No último edital, restringimos a participação do consultor externo a um representante, e mais um representante da BN e outro do MinC. É essa a formação, no novo edital talvez a gente mude também essa comissão.

Moema Salgado – Nessa comissão devemos agregar pessoas do MRE, do Minc, um consultor externo e outras duas pessoas da BN. Porque realmente é difícil julgar, num universo de relevância, pois pode ser que tenha um autor desconhecido por 50% da comissão. Mas, nesses casos, para as reuniões fazemos uma ficha por inscrição que resume as principais informações sobre o autor, a editora, o tradutor, e se o autor for realmente desconhecido, anexamos uma resenha ou uma menção a uma resenha, ou orelhas escritas por um autor de quem se tenha uma referência.

Fabio Lima – É uma relevância mas também não é o tipo de um prêmio literário, não é isso que estamos avaliando. O primeiro desafio é conseguir alguém que traduza. E aí a *Revista Machado de Assis* entra com o instrumento, porque se traduzir dez ou cinco páginas do seu livro já dá uma ideia do que é o texto.

Vocês consideram os prêmios literários um incentivo à leitura e divulgação da obra dos autores contemporâneos? Falem um pouco sobre a importância desses prêmios.

Moema Salgado – A Biblioteca Nacional tem dois grandes prêmios: o Camões, que é binacional, com o governo de Portugal, e o Prêmio Literário da Biblioteca Nacional, que conta com nove categorias. Eles são anuais e também representam uma operação grande, complexa, porque são muitos livros, muitas inscrições, pequenos, médios, grandes, todos os autores se inscrevem. A comissão é formada por categoria, é sempre composta por três avaliadores que avaliam e pontuam. É sempre difícil julgar um volume grande de livros, que nem sempre são comparáveis. Por exemplo, é difícil comparar um projeto gráfico da Cosac Naify com um projeto gráfico de uma editora que não tem nem meios de imprimir com a mesma qualidade.

Fabio Lima – O prêmio tem as categorias Tradução, Romance, Conto, Ensaio Literário, Literatura Infantil, Literatura Juvenil e Projeto

Gráfico. O Jabuti também tem a categoria Tradução. Mas eu acho que o prêmio Paulo Rónai, que é de tradução, tem um papel muito importante. Há poucos prêmios, e acho que no Brasil só temos esses dois para tradução: Jabuti e o da Biblioteca Nacional.

Algo que faz muita falta são encontros com os autores finalistas do prêmio. Embora o da Biblioteca Nacional seja realizado em apenas uma etapa, um trabalho de divulgação desses autores poderia proporcionar mais visibilidade a eles. Ir às escolas, fazer conversas na própria BN e nas universidades é um trabalho verdadeiramente forte e necessário de difusão da literatura. Além disso, o prêmio é importante para o autor que, com o valor recebido, pode produzir o seu próximo livro.

Moema Salgado – Sem dúvida. Realmente não fazemos isso, mas não é um custo importante, já que temos o espaço, o auditório. É uma excelente ideia, vamos convidá-las para o prêmio, para a mesa. Que ótimo. Agradecemos. Realmente é um ano difícil. Há bastante tempo que trabalhamos em cooperação, em parcerias várias, mas este ano, em especial, precisamos trabalhar em parceria. Tínhamos um acordo de cooperação com a Faculdade de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF) sobre o tema da tradução. Todo ano fazemos um colóquio, uma oficina, e uma mesa de debate no âmbito da Flip, em Paraty. E nosso interlocutor na UFF, Johannes Kretschmer, é um grande parceiro, um militante, daqueles que trabalham pela causa. O nosso contato com as universidades é importante, e não fazemos mais por falta de tempo e organização interna. Já realizamos algumas vezes aqui na BN debates com autores e seus tradutores. E os pesquisadores são sempre bem-vindos tanto para participação, realmente debatendo, tanto para divulgação com os alunos, isso para nós é muito valioso. A Biblioteca Nacional está aberta a parceiros, ideias e debates, dentro desse nosso universo.

* **Agnes Rissardo** é pós-doutora em Literatura Comparada pela Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3 e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

** **Ieda Magri** é professora adjunta do Programa de Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e autora de *Olhos de bicho* (Rocco, 2013).